



Informar-se, exigir, votar!

No próximo domingo, nós, cidadãos portugueses, seremos solicitados a exercer o nosso direito de voto nas eleições legislativas. Isso significa que teremos de nos preparar para o ato eleitoral! De entre as várias tarefas desejáveis destacaríamos as seguintes:

1. informarmo-nos!
2. exigirmos!
3. votarmos!

1. Informarmo-nos

Como se ensina às crianças, não há mal nenhum, não é vergonha nenhuma não saber algo. Vergonha e problema é não querer saber! Se, no meio das atividades do dia a dia, nem sempre temos oportunidade de nos mantermos atualizados sobre as problemáticas que nos rodeiam, em certos momentos (por exemplo, antes de escolhermos quem irá determinar o nosso futuro) convém parar um pouco, procurar informação e construir uma opinião.

Hoje em dia não faltam fontes de informação, mais ou menos credíveis, e existem vários temas passíveis de reflexão. A título somente de exemplo:

- *incêndios*: serão uma “fatalidade fatídica” que se repete ano após ano? É normal a ausência duma intervenção estruturada pelos diferentes governantes? Será justo responsabilizarem-se os proprietários dos terrenos, muitos deles idosos e isolados, pela sua limpeza? Mais de uma centena de pessoas morre, ficamos comovidos, somos solidários, mas verifica-se uma distribuição pouco clara desses fundos!

- *saúde*: aumentam os tempos de espera de consultas e de cirurgias; aumenta a despesa individual em medicamentos; o serviço nacional de saúde continua subfinanciado. O sistema de saúde que já foi classificado como um dos melhores do mundo e cuja lei de bases continua atual, precisa de ser devidamente implementada: um sistema nacional de saúde universal e tendencialmente gratuito: “A proteção da saúde constitui um direito dos indivíduos e da comunidade que se efetiva pela responsabilidade conjunta dos cidadãos, da sociedade e do Estado, em liberdade de procura e de prestação de cuidados, nos termos da Constituição e da lei. O Estado promove e garante o acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde nos limites dos recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis. A promoção e a defesa da saúde pública são efectuadas através da atividade do Estado e de outros entes públicos, podendo as organizações da sociedade civil ser associadas àquela atividade. Os cuidados de saúde são prestados por serviços e estabelecimentos do Estado ou, sob fiscalização deste, por outros entes públicos ou por entidades privadas, sem ou com fins lucrativos.” (princípios gerais da base 1 da lei 48/90)

- *segurança social e envelhecimento da população*: já somos um dos países mais envelhecidos do mundo, havendo mais de um milhão de Portugueses com mais de 75 anos, muitos em situação de precariedade económica ou isolamento social/geográfico/afetivo; existe uma inversão da nossa pirâmide populacional com uma redução da percentagem de população ativa, responsável pelo financiamento da Segurança Social e das reformas; os nossos jovens continuam a sair do País à procura de melhores destinos e desperdiçando o investimento feito na sua formação e não contribuindo para a natalidade nacional.

- *corrupção*: a OCDE refere no seu último relatório que este é um problema nacional. Os cidadãos acabam por ter a percepção que “o jogo está viciado” e que, para se ter sucesso, continua a ser fundamental pertencer a certas famílias ou com certas ligações, havendo completa divergência entre sucesso e mérito.



ARQUIDIOCESE DE BRAGA
PASTORAL DA SAÚDE

Dado que “conhecimento é poder”, a melhor forma de controlar uma população é mantê-la na ignorância; paralelamente, a melhor forma de nos deixarmos controlar é mantermo-nos ignorantes!

2. Exigirmos (e não nos conformarmos)!

Uma vez mais voltando ao exemplo da educação das crianças, costumamos dizer que elas devem ser responsáveis pelos seus atos e assumir as suas asneiras. Assim sendo e quanto mais não seja por um exercício de coerência, temos de nos responsabilizar pelas nossas ações, assumindo com coragem e hombridade os nossos defeitos e erros. Simultaneamente temos de exigir aos nossos governantes/políticos que sejam responsáveis, que “não sacudam a água do capote” e que não nos inuntem num discurso demagógico. De igual forma, temos de exigir coerência às pessoas que detêm responsabilidades (cargos) de gestão/governança/liderança: nenhum barco pode andar em alto mar ao sabor do vento, mudando sucessivamente de direção pois, com toda a probabilidade, não chegará a qualquer porto, para além dos tripulantes ficarem todos enjoados. Há que definir uma política, delinear a estratégia e os planos, implementá-los, avaliá-los e, só depois, mudar o que não tiver tido resultados positivos (o famoso ciclo da melhoria contínua). Temos a obrigação de exigir aos nossos políticos que elaborem um caderno de encargos e compromissos reais, que respondam às nossas necessidades, que porventura elaborem “pactos de regime”: um compromisso de que, ganhe quem ganhar, se execute aquilo que for discutido e consensualizado por todos como sendo o melhor para o País...

Apesar de nós, povo, nem sempre estarmos esclarecidos, também não gostamos que, em linguagem popular, nos “atirem areia para os olhos”. Só podemos exigir se estivermos esclarecidos e, assim, talvez possamos evitar o “deslizar subtil para a mediocridade”!

3. Votarmos!

O direito universal ao voto não surgiu do nada, não é um dado adquirido que nos surge numa bandeja, pronto a ser consumido de acordo com a nossa vontade do momento. Pelo contrário, e sobretudo para as mulheres, foi um acontecimento arduamente conquistado pelo qual houve vítimas que se sacrificaram (morreram!) para que nós pudéssemos usufruir desse direito. Com este pressuposto, votar mais do que um direito é um dever, uma obrigação!

Departamento Arquidiocesano da Pastoral da Saúde